

ISSN 2595-5934



PERIODICIDADE  
MENSAL

MAI 2026      EDIÇÃO  
Nº97

IDIOMAS  
PORTUGUÊS E INGLÊS



**QUALIS B3**



**CAPES**

**A ATUAÇÃO DO EDUCADOR FÍSICO NA PROMOÇÃO DO LAZER E DA  
CIDADANIA: UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO NAS PRAÇAS DE CAMPOS  
DOS GOYTACAZES/RJ.**

**THE ROLE OF THE PHYSICAL EDUCATOR IN THE PROMOTION OF LEISURE  
AND CITIZENSHIP: AN INTERVENTION PROPOSAL FOR THE PUBLIC  
SQUARES OF CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ**

PEGORARO, Maria Aparecida da Silva<sup>1</sup>

**RESUMO**

O estudo analisa o papel das praças públicas no município de Campos dos Goytacazes/RJ como instrumentos de democratização do acesso ao lazer, compreendido como um direito social fundamental assegurado pela Constituição de 1988. A investigação denuncia a existência de iniquidades socioespaciais na distribuição desses equipamentos urbanos, evidenciando que a infraestrutura qualificada e a arborização urbana estão concentradas nas zonas centrais e valorizadas, enquanto as áreas periféricas enfrentam precarização e escassez de espaços de convivência. Metodologicamente, a pesquisa configura-se como um estudo de caso qualitativo e descritivo que utiliza ferramentas de georreferenciamento para selecionar dez praças periféricas estratégicas. Diante desse cenário de segregação, apresenta-se uma proposta de intervenção sistemática guiada pela Pedagogia Crítico-Superadora, na qual o educador físico atua como um mediador político-pedagógico. A proposta visa beneficiar aproximadamente 72.000 mil moradores por meio de práticas diversificadas da cultura corporal e ações de educação ambiental. Conclui-se que a atuação qualificada deste profissional é determinante para transformar as praças em espaços de exercício da cidadania e justiça ambiental, convertendo o lazer de um privilégio em um mecanismo real de emancipação social.

**Palavras-chave:** Lazer. Educação Física. Praças Públicas. Cidadania.

**ABSTRACT**

This study examines the role of public squares in the municipality of Campos dos Goytacazes, RJ, as instruments for democratizing access to leisure, understood as a fundamental social right guaranteed by the 1988 Brazilian Constitution. The investigation highlights socio-spatial iniquities in the distribution of these urban facilities, evidencing that qualified infrastructure and urban afforestation are concentrated in central and high-value zones, while peripheral areas face

---

<sup>1</sup> Graduada em Administração Pública pela UENF - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Funcionária Pública em São João da Barra - RJ. E-mail: pegoraromari@gmail.com

precariousness and a lack of social interaction spaces. Methodologically, the research is characterized as a qualitative and descriptive case study employing georeferencing tools to select ten strategic peripheral squares. In response to this segregation scenario, a systematic intervention proposal guided by Critical-Superatory Pedagogy is presented, in which the physical educator serves as a politico-pedagogical mediator. The proposal aims to benefit approximately 72,000 thousand residents through diverse body culture practices and environmental education actions. It is concluded that the qualified performance of this professional is essential for transforming squares into venues for the exercise of citizenship and environmental justice, shifting leisure from a privilege into a genuine mechanism for social emancipation.

**Keywords:** Leisure. Physical Education. Public Squares. Citizenship. Environmental Justice.

## 1 INTRODUÇÃO

O lazer é um direito social fundamental, assegurado pela Constituição Federal de 1988, e configura-se como uma esfera essencial para o desenvolvimento humano nos planos social, educacional e cultural. A sua importância reside na capacidade de promover um estilo de vida ativo, fundamental para a diminuição da carga de doenças não transmissíveis e para o aumento da expectativa de vida, além de contribuir para o bem-estar emocional e para o fortalecimento da coesão social.

Nesse cenário, as praças públicas desempenham um papel determinante como instrumentos de democratização do acesso a locais propícios para a prática de atividades físicas, recreação e convivência comunitária. Além de funcionarem como espaços sociais e democráticos, a configuração física desses locais, especialmente por meio da arborização urbana, desempenha funções ecológicas vitais, como a regulação térmica, a purificação do ar e a redução da poluição sonora, impactando diretamente na saúde física e mental das comunidades.

No município de Campos dos Goytacazes, embora exista um número significativo de praças, a sua distribuição reflete iniquidades socioespaciais, com concentração de infraestrutura e áreas verdes nas zonas centrais e mais valorizadas. Áreas periféricas frequentemente enfrentam carência de espaços públicos e de arborização, o que justifica projetos de intervenção voltados à justiça social e à

requalificação desses ambientes para garantir o direito ao lazer às populações mais vulneráveis.

O educador físico atua como agente transformador e mediador nesses espaços, promovendo o acesso ao acervo da cultura corporal. Nas praças campistas, sua intervenção pode ocorrer por meio de atividades físicas sistemáticas, como caminhadas orientadas, ginástica funcional adaptada, yoga e danças circulares, além de jogos cooperativos e brincadeiras tradicionais que resgatam a identidade comunitária. Ao fundamentar sua prática no protagonismo comunitário e na educação ambiental com movimento, o profissional contribui para que a população se aproprie do espaço público de forma consciente, desenvolvendo autonomia e cidadania por meio da ludicidade.

Assim, este trabalho tem como objetivo geral analisar o papel das praças públicas na promoção do lazer e da cidadania no município de Campos dos Goytacazes/RJ, propondo uma intervenção pedagógica mediada pelo profissional de Educação Física em espaços localizados em áreas periféricas da cidade. Como objetivos específicos, busca-se compreender a importância do lazer como direito social e elemento de promoção da qualidade de vida; discutir as desigualdades socioespaciais na distribuição das praças públicas no município; e apresentar uma proposta de intervenção baseada em atividades da cultura corporal que favoreçam a participação comunitária, a inclusão social e o fortalecimento do uso das praças como espaços de cidadania.

## 2. METODOLOGIA

Com base nos documentos fornecidos, Lettieri e Santos (2023) e Oliveira (2010), a metodologia para o artigo científico sobre a atuação da Educação Física nas praças de Campos dos Goytacazes pode ser estruturada em eixos principais.

Inicialmente, realizou-se uma revisão bibliográfica de natureza qualitativa, com o objetivo de analisar produções científicas relacionadas às políticas públicas de lazer, às praças públicas e à Educação Física. Esse procedimento possibilita identificar e

discutir contribuições teóricas relevantes, contribuindo para a construção do referencial teórico da pesquisa.

O levantamento bibliográfico foi realizado no Portal de Periódicos CAPES, base que reúne periódicos científicos nacionais e internacionais de reconhecida relevância acadêmica. Para a busca das publicações foram utilizados os descritores “políticas públicas de lazer”, “praças públicas” e “educação física”, combinados por meio de operadores booleanos (AND), com o objetivo de ampliar e refinar os resultados obtidos.

Como critérios de seleção, foram considerados artigos publicados em periódicos revisados por pares, com disponibilidade de acesso ao texto completo, nos idiomas português, inglês ou espanhol, e publicados nos últimos cinco anos, priorizando estudos recentes e pertinentes à temática investigada. Após a busca, procedeu-se à leitura dos títulos e resumos para verificação da pertinência com o objeto de estudo, seguida da leitura integral dos trabalhos selecionados.

Utilizou-se também de ferramentas como o Google Earth para o mapeamento estratégico das praças periféricas, identificando vazios urbanos e iniquidades na distribuição de infraestrutura de lazer, auxiliando na análise geoespacial e georreferenciamento, com objetivo de apresentar uma proposta de requalificação e dinamização das praças localizadas em áreas periféricas de Campos dos Goytacazes, utilizando o lazer como ferramenta de cidadania e justiça social e ambiental.

### **3. CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS DO ESPAÇO URBANO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES**

A Região Norte Fluminense, onde se localiza a cidade de Campos dos Goytacazes, teve ocupação efetiva no início de 1627, com a introdução da pecuária voltada ao abastecimento da cidade do Rio de Janeiro. Já na segunda metade do século XVII, foi implantado o primeiro engenho de açúcar, consolidando a produção açucareira como a principal atividade econômica regional (CASTRO, 1995). Em 1833, foi criada a Comarca de São Salvador dos Campos e, em 28 de março de 1835, a vila

foi elevada à categoria de cidade, passando a se chamar São Salvador dos Campos dos Goytacazes (FARIA, 1998).

Durante o século XX, a economia de Campos dos Goytacazes passou por uma transição histórica, migrando do antigo predomínio da atividade sucroalcooleira, que enfrentou crises de competitividade e processos de fechamento de usinas, para a hegemonia do extrativismo mineral após a descoberta de petróleo e gás na Bacia de Campos na década de 1970. Atualmente, a estrutura produtiva do município é sustentada pela agroindústria, pelo setor de serviços e por uma elevada dependência orçamentária dos royalties do petróleo, que financiam a maior parte das despesas públicas e exigem uma gestão estratégica focada na sustentabilidade futura. (TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2007).

Situado a 286 km da capital do estado, conforme dados (IBGE, 2025), Campos dos Goytacazes possui uma área de 4.032,487 km<sup>2</sup>, sendo o maior município em extensão territorial do Estado do Rio de Janeiro. Em 2025, sua população era de 483.540 habitantes, com uma densidade demográfica de 119,91 habitantes por km<sup>2</sup>, o que a situa entre as cidades mais populosas do estado. A taxa de urbanização alcança 95,17%.

De acordo com o Atlas Brasil (IPEA, 2025), o município apresenta um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,716, sendo classificado como de alto desenvolvimento humano. Em 2010, a renda familiar per capita mensal era de R\$682,59. Naquele mesmo ano, 3,67% da população vivia em extrema pobreza, 13,49% eram consideradas pobres e 35,04% estavam em situação de vulnerabilidade à pobreza.

O Atlas Brasil (IPEA, 2025) acrescenta que em 2017, a cobertura vegetal com flora nativa correspondia a apenas 10,23% do território municipal. Adentrando nessa seara, a segregação socioespacial nas cidades contemporâneas é intensificada pela ação seletiva do Estado e pela hegemonia do capital imobiliário, que favorece áreas de elite em detrimento de bairros populares, criando uma geografia urbana marcada por contrastes extremos (FRANCISCON, 2022; SANT'ANNA, 2020).

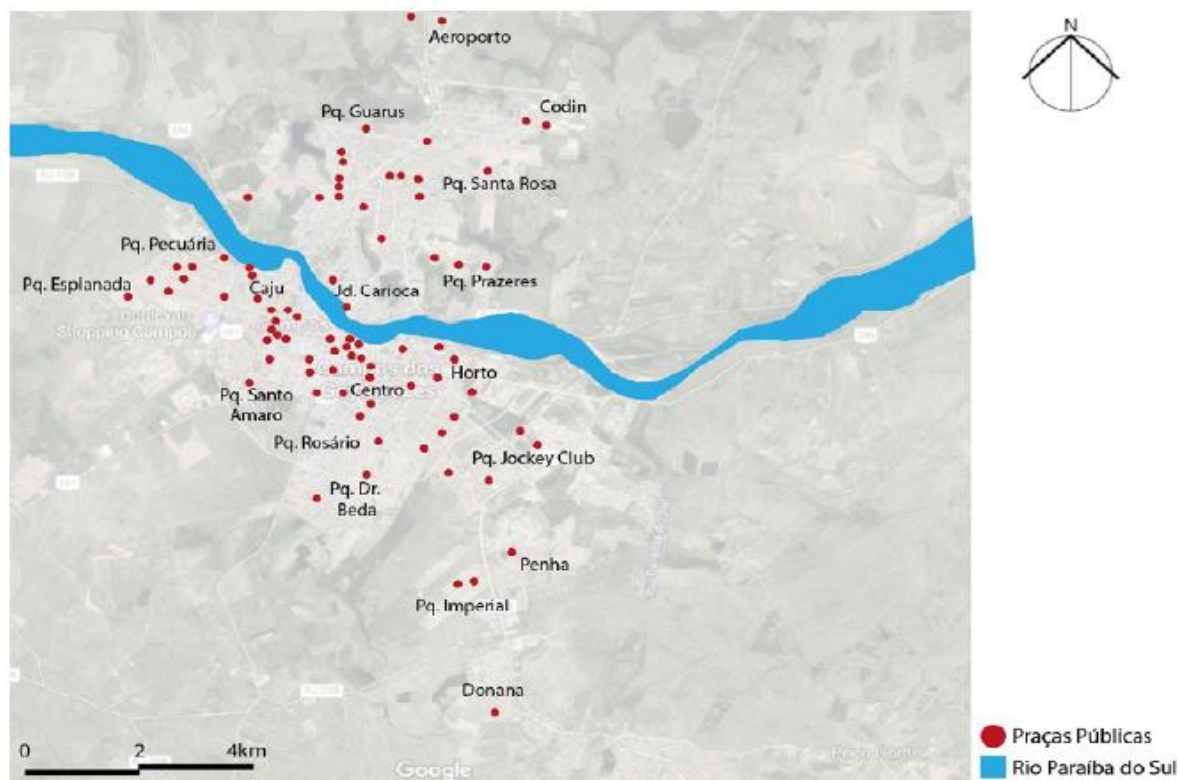
Essa dinâmica resulta na desigualdade no acesso a serviços e amenidades ambientais, gerando espaços urbanos fragmentados e injustos, onde a oferta de áreas qualificadas para o lazer segue a "lei dos cuidados inversos", privilegiando quem possui maior nível econômico (SALES; MICHELS, 2023; SILVA; MIELKE, 2015).

A segregação é intensificada pela ação seletiva do Estado e pela hegemonia do capital imobiliário, que favorece áreas de elite em detrimento de bairros populares, criando uma geografia urbana marcada por contrastes extremos. Essa dinâmica resulta na injustiça ambiental, conceito que relaciona a distribuição desigual dos impactos ambientais com a marginalização de populações de baixa renda, que vivem em áreas degradadas e sem infraestrutura adequada.

Lettieri e Santos (2023) analisaram o papel e a distribuição das praças públicas em Campos dos Goytacazes, destacando sua importância histórica, social e paisagística, ao mesmo tempo em que denuncia a desigualdade no acesso a esses espaços, com o avanço do capitalismo e a lógica mercantil do espaço urbano, as praças passaram a refletir as desigualdades socioespaciais, concentrando-se principalmente nas áreas centrais e mais valorizadas da cidade, onde há maior infraestrutura e renda.

Embora a cidade conte atualmente com um número significativo de praças, sua distribuição ainda é heterogênea e desigual, deixando áreas periféricas, que concentram população de baixa renda, com menos espaços livres públicos, infraestrutura precária e menos oportunidades de lazer e convivência. Além disso, há uma tendência de homogeneização estética nas praças de bairros populares, o que reduz a diversidade e o interesse por esses espaços. O planejamento urbano tem falhado em garantir equidade e inclusão, reforçando a segregação e transformando os cidadãos em meros consumidores subordinados à lógica do mercado, como exposto no Mapa 1 a seguir:

Mapa 1: Localização das praças existentes na cidade de Campos dos Goytacazes/RJ em 2019.



Fonte: Lettieri e Santos, 2023.

O mapeamento das 84 praças públicas identificadas no trabalho de Lettieri e Santos (2023) revela que a distribuição é profundamente heterogênea e desigual. A área central concentra 15 praças, um número desproporcional considerando que a maioria dos bairros possui apenas uma ou nenhuma. Existe um claro desprivilegio da margem norte do Rio Paraíba do Sul (Guarus), que possui apenas 25 praças contra a maior parte concentrada na margem sul. O mapa evidencia que o surgimento de novos bairros e loteamentos periféricos não foi acompanhado de infraestrutura adequada, deixando grandes concentrações populacionais sem espaços de lazer próximos às suas residências.

#### 4. A EDUCAÇÃO FÍSICA COMO PROPOSTA DE INTERVENÇÃO EM LAZER

O lazer, a recreação e os jogos constituem elementos importantes na construção de uma sociedade mais integrada e saudável e estão entre os direitos

sociais da Constituição Federal de 1988. “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 1988, art. 6º).

Os tipos de lazer podem ser Esportivo Participativo e Ambiental ou ainda Turístico, de acordo com Ribeiro e Amaral (2016). O lazer Esportivo Participativo e Ambiental visa fomentar ações voltadas à promoção da democratização esportiva e da sustentabilidade ambiental, utilizamos propostas educativas para os cidadãos e de acesso a diferentes espaços para todos. Além disso, incentiva a preservação do meio ambiente e o uso de espaços naturais com a menor interferência possível. Por sua vez, o lazer Turístico se materializa por meio de ações que buscam garantir o desenvolvimento do turismo como fonte geradora de recursos financeiros em que os lucros são revertidos na forma de políticas públicas e turismo cidadão.

No caso desta proposta o lazer Esportivo Participativo e Ambiental é o foco para que seus objetivos se concretizem, através da atividade física sem caráter competitivo, uma de suas categorias. O esporte e lazer são fatores de desenvolvimento humano porque podem contribuir com a formação integral das pessoas e melhorar a qualidade de vida da sociedade. Não devem ser vistos como instrumento que soluciona ou desvia a atenção dos problemas sociais. As políticas públicas de lazer desempenham um papel fundamental na promoção da qualidade de vida e na inclusão social da população. Criar uma variedade de espaços e atividades de lazer acessíveis para diferentes grupos da sociedade, levando em consideração suas necessidades e interesses.

As atividades de lazer esportivo participativo voltadas ao movimento, à promoção da saúde e à integração social podem incluir caminhadas, práticas de alongamento, yoga, tai chi e meditação ao ar livre, além de danças, ginástica adaptada, jogos recreativos e cooperativos e brincadeiras tradicionais. Também podem ser desenvolvidos circuitos motores com materiais naturais e atividades inclusivas para pessoas com deficiência, ampliando o acesso e a participação da comunidade nas práticas de lazer.

A atuação da Educação Física nas praças de Campos dos Goytacazes para a promoção da recreação e do lazer deve ser compreendida como uma intervenção político-pedagógica voltada para a garantia de direitos sociais e a emancipação do cidadão.

#### **4.1. O EDUCADOR FÍSICO COMO AGENTE DE CIDADANIA**

As praças públicas são instrumentos de democratização do acesso a locais propícios para a prática de atividades físicas e convivência comunitária. No entanto, em Campos dos Goytacazes, a distribuição desses espaços reflete iniquidades socioespaciais. Assim, o profissional de Educação Física não deve atuar apenas como um instrutor técnico, mas como um mediador que estimula a autonomia e a reflexão crítica da comunidade (BANDEIRA et al., 2022).

Nesse sentido, a superação do tecnicismo é necessária (CASTELLANI FILHO, 2016). A prática deve ir além da reprodução de "pacotes" de atividades ou manuais de recreação, adotando uma abordagem crítico-reflexiva (COLETIVO DE AUTORES, 2009). Tal perspectiva reforça que a formação deve superar o "fazer por fazer" para fundamentar a atuação no conhecimento crítico da realidade e na transformação social (SAVIANI, 1992).

O educador físico deve atuar como um "animador sociocultural" e mediador pedagógico (STIGGER, 2003). Sua função transcende a mera prescrição de exercícios, focando na escuta das demandas da comunidade e na produção de autonomia para que o lazer seja um direito social efetivo (BANDEIRA et al., 2022; OLIVEIRA, 2010).

Para garantir o acesso à cultura corporal nas praças públicas, o educador físico deve promover uma diversidade de conteúdos e práticas corporais que atendam diferentes faixas etárias e necessidades da comunidade. Entre as atividades propostas destacam-se caminhadas orientadas sob a sombra das árvores, yoga, tai chi, danças circulares comunitárias e ginástica funcional adaptada. Também se valoriza o resgate de brincadeiras tradicionais, como amarelinha e pular corda, além

de jogos cooperativos que buscam evitar a lógica da hipercompetitividade presente no esporte de rendimento.

Ademais, é fundamental o desenvolvimento de práticas inclusivas voltadas para pessoas com deficiência, como jogos com bolas sonoras e circuitos sensoriais, garantindo a participação ampla e democrática da população nas atividades de recreação e lazer.

#### **4.2. INTERFACE COM A SAÚDE E O MEIO AMBIENTE**

A atuação nas praças permite articular o movimento humano com a conscientização ambiental. O educador promove o cuidado com o patrimônio e a valorização da arborização urbana, que desempenha funções ecológicas vitais como regulação térmica e redução da poluição (MARINHO et al., 2024).

O lazer ativo contribui diretamente para a redução de doenças não transmissíveis e melhora a saúde mental das comunidades. O Guia de Atividade Física para a População Brasileira (2021) destaca que o lazer no tempo livre deve ser baseado em preferências e oportunidades locais.

#### **5. PROPOSTA DE INTERVENÇÃO**

Como foi supracitado por Lettieri e Santos (2023), denunciando a desigualdade de acesso a espaços com qualidade paisagística através do avanço do capitalismo e da lógica mercantil do espaço urbano que reflete as desigualdades socioespaciais, foram selecionadas por meio de uma análise georreferenciada, o recorte de possível atuação em dez praças que se concentram em áreas periféricas da cidade. Por isso, e também pela possibilidade ampla de público beneficiado foram escolhidas. São estas a seguir:

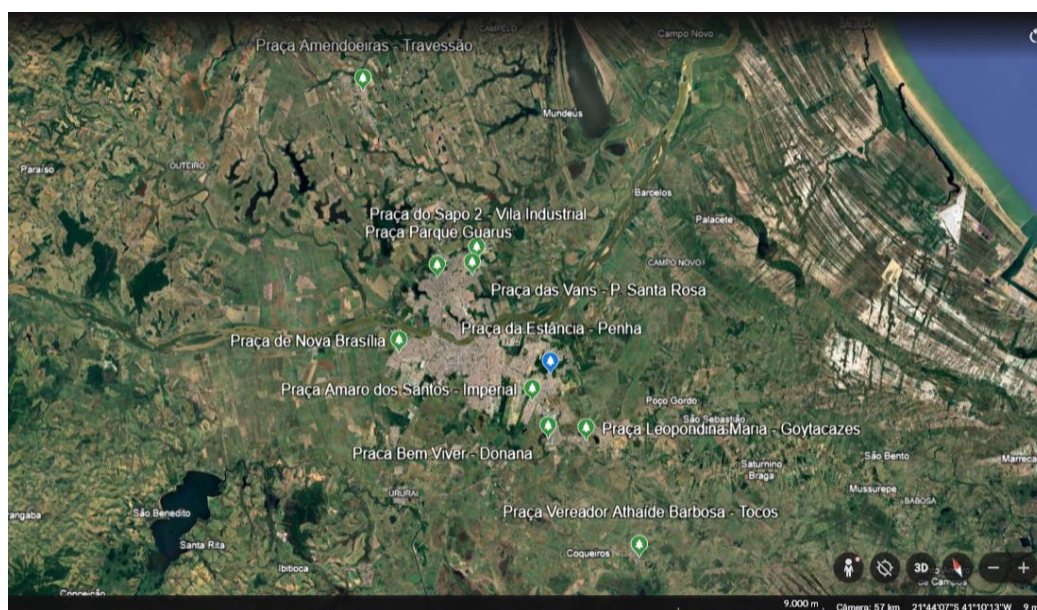
Tabela 1: Praças periféricas de Campos dos Goytacazes e público beneficiado.

Nº	Praças	Público beneficiado
1	Praça da Estância - Penha	4.929
2	Praça Parque Guarus - Guarus	11.170
3	Praça Bem Viver - Donana	4.533
4	Praça Amaro dos Santos Silva - Parque Imperial	4.487
5	Praça das Vans - Parque Santa Rosa	2.576
6	Praça Amendoeiras - Travessão	24.058
7	Praça do Sapo 2 - Vila Industrial (Guarus)	5.507
8	Praça Leopoldina Maria - Goytacazes	11.290
9	Praça Vereador Athaíde Barbosa - Tocos	578
10	Praça de Nova Brasília - Parque Corrientes	2.439

Fonte: Estimativa feita com base no Censo do IBGE de 2022.

Segue abaixo o mapeamento estratégico das praças que serão contempladas pelo projeto:

Mapa 2: Georreferenciamento 2D, visão de satélite Google Earth



Fonte: elaborado pela autora.

Esta proposta de intervenção visa a requalificação e dinamização das praças localizadas em áreas periféricas de Campos dos Goytacazes, utilizando o lazer como ferramenta de cidadania e justiça social e ambiental. O público-alvo são os moradores desses bairros, totalizando aproximadamente 72.000 mil beneficiários diretos.

### **5.1. PROGRAMAÇÃO DE LAZER ESPORTIVO E PARTICIPATIVO**

Para garantir a eficácia da intervenção na saúde dos 72.000 beneficiários, o projeto deve alinhar-se às recomendações do Ministério da Saúde: Crianças e Jovens (6 a 17 anos): Devem praticar 60 minutos ou mais todos os dias, incluindo atividades de fortalecimento muscular pelo menos 3 vezes na semana. Adultos e Idosos: Recomenda-se pelo menos 150 minutos semanais de atividade moderada (distribuídos ao longo da semana), com atividades de fortalecimento e equilíbrio realizadas de 2 a 3 vezes por semana (BRASIL, 2021).

Portanto, para o sucesso da dinamização das praças, a recomendação ideal é que a programação ofereça atividades sistemáticas no mínimo 3 vezes por semana, buscando-se a meta de uso diário do espaço para o lazer ativo da comunidade. As atividades propostas para a intervenção estão fundamentadas em princípios de saúde coletiva, desenvolvimento humano e direito social ao lazer.

#### **5.1.1 Atividades de Bem-Estar e Cultura Corporal**

As caminhadas orientadas e práticas como yoga e meditação utilizam o ambiente natural para promover o equilíbrio emocional e psicológico. A busca pela sombra das árvores é um fator determinante para o conforto térmico, uma vez que a arborização urbana reduz a temperatura e facilita a permanência da população no espaço público, combatendo "ilhas de calor" (FRANCISCON, 2022). Tais práticas atendem à dimensão espiritual e emocional do bem-estar, permitindo a conexão com a natureza e a redução do estresse mental (CUNHA et al., 2022). Além disso, o foco no alongamento e relaxamento contribui para a mobilidade articular e a reeducação postural, especialmente em idosos (FERREIRA FILHO, 2024).

A oferta de danças comunitárias, zumba (ritmos) e ginástica funcional adaptada promove a democratização do acesso aos temas da cultura corporal (OLIVEIRA,

2010). Essas atividades são essenciais para romper com a "monocultura do futebol" e incluir grupos historicamente menos atendidos, como mulheres e idosos, garantindo-lhes autonomia e inserção social (ALENCAR et al., 2023; FECHINE et al., 2024). A realização de "aulões" de ritmos e aeróbica em espaços abertos fortalece os vínculos comunitários e a coesão social (SALES; MICHELS, 2023; DIAS et al., 2024).

### **5.1.2. Ludicidade e Integração**

O resgate de brincadeiras tradicionais (amarelinha, pula corda) e jogos cooperativos é fundamental para o desenvolvimento infantil, proporcionando benefícios físicos, cognitivos e sociais (CUNHA et al., 2022). Espaços como praças e parques funcionam como o "lugar do jogo", onde o brincar livre estimula a responsabilidade e a coordenação motora das crianças (OLIVEIRA, 2010; BRASIL, 2021). A integração por meio de jogos adaptados (como vôlei) foca no esporte participação, onde o objetivo é a integração social e não o rendimento técnico (ALENCAR et al., 2023).

### **5.1.3. Inclusão**

A implementação de circuitos sensoriais e jogos adaptados atende ao dever do Estado de garantir a acessibilidade programática e instrumental para pessoas com deficiência (ALENCAR et al., 2023). O lazer deve ser acessível a todos, exigindo que gestores priorizem a sinalização e metodologias que removam barreiras para portadores de deficiências físicas, visuais ou intelectuais, promovendo sua autonomia e independência (BRASIL, 2021; PAULO et al., 2022).

É preciso pensar na criação de horários que favoreçam a inclusão geracional e de gênero, como horários específicos para a terceira idade, visando a autonomia e a saúde biopsicossocial, e programas de lazer ativo para crianças, fundamentais para estimular o desenvolvimento motor e cognitivo por meio da exploração qualificada de espaços verdes (FERREIRA FILHO, 2024; CUNHA et al., 2022).

## 5.2. FORTALECIMENTO DA CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

A gestão das praças deve deixar de ser centralizada na prefeitura para adotar um modelo de democracia participativa que aproxime o Estado da sociedade civil e descentralize o poder decisório (FECHINE et al., 2024; OLIVEIRA, 2010).

Os Conselhos Gestores Comunitários cumprem bem esse papel, por meio da instituição de conselhos formados paritariamente por membros do poder público e moradores eleitos. Estes conselhos devem ter caráter deliberativo, garantindo que as propostas da comunidade sejam efetivamente acatadas na gestão e preservação do equipamento (DUARTE et al., 2024; FECHINE et al., 2024).

Realização de reuniões periódicas onde a comunidade exerça sua soberania popular, decidindo sobre melhorias na infraestrutura e a sistematização dos usos do espaço conforme seus costumes e tradições, por meio das assembleias de lazer (OLIVEIRA, 2010).

As atividades de lazer devem incentivar a reflexão crítica, transformando o cidadão de "consumidor passivo" em um sujeito histórico capaz de intervir conscientemente na realidade do seu bairro por meio da educação para a cidadania (COLETIVO DE AUTORES, 2009; SAVIANI, 1992).

## 5.3. SUSTENTABILIDADE E PARCERIAS

A requalificação física deve integrar os princípios da justiça ambiental, combatendo a "lei dos cuidados inversos" que historicamente negligência áreas periféricas em prol das elites (SANT'ANNA, 2020; SILVA; MIELKE, 2015).

Justiça ambiental e arborização mediante a implementação intensiva de áreas verdes para aumentar o bem-estar emocional, reduzir o estresse e combater "ilhas de calor". O objetivo é garantir que as periferias tenham os mesmos benefícios psicossociais e conforto térmico das áreas centrais (CUNHA et al., 2022).

A intersetorialidade para a articulação entre as pastas de Esporte, Saúde e Urbanismo para potencializar as ações, pode transformar a praça em um equipamento de saúde preventiva e vigilância social articulado à atenção primária (ALENCAR et al., 2023).

Parcerias Público-Comunitárias para o fortalecimento da parceria entre gestão municipal e associações de moradores para manutenção e fiscalização. Este modelo deve contrapor-se à lógica neoliberal, reafirmando o lazer como um dever do Estado e um direito do povo (RAMPAZZO et al., 2023; FECHINE et al., 2024).

## 6. CONCLUSÃO

O lazer é um direito social fundamental, assegurado pela Constituição Federal de 1988, e configura-se como uma esfera essencial para o desenvolvimento humano nos planos social, educacional e cultural. Sua importância transcende o mero entretenimento, residindo na capacidade de promover um estilo de vida ativo, fundamental para a redução de doenças não transmissíveis, aumento da expectativa de vida e fortalecimento da coesão social.

A investigação evidenciou que as praças públicas em Campos dos Goytacazes não são apenas espaços geográficos, mas reflexos das profundas iniquidades socioespaciais que marcam a produção do ambiente urbano (LETTIERI; SANTOS, 2023; SANT'ANNA, 2020). A distribuição desses equipamentos segue a "lei dos cuidados inversos", na qual as áreas centrais e de alto padrão imobiliário concentram a melhor infraestrutura e arborização, enquanto as periferias sofrem com a precarização e a escassez de estímulos psicomotores e ambientais (SILVA; MIELKE, 2015; SANT'ANNA, 2020).

Ficou demonstrado que a ausência de justiça ambiental e social, manifestada pela falta de cobertura vegetal e pelo desconforto térmico, atua como uma barreira física e social, limitando o tempo de permanência e a qualidade da exploração motora das crianças, o que prejudica a construção do seu esquema corporal e equilíbrio (MARINHO et al., 2024; CUNHA et al., 2022). Diante desse cenário, a atuação do educador físico revela-se determinante. Ao fundamentar sua prática na Pedagogia Crítico-Superadora, este profissional deixa de ser um mero instrutor de técnicas para tornar-se um mediador político-pedagógico capaz de estimular a autonomia e a

reflexão crítica da comunidade (COLETIVO DE AUTORES, 2009; OLIVEIRA, 2010; BANDEIRA et al., 2022).

A proposta de intervenção para as dez praças periféricas selecionadas demonstrou o potencial de beneficiar aproximadamente 72.000 moradores, transformando esses espaços em polos de exercício da cidadania. Conclui-se que o fortalecimento da democracia participativa, por meio de Conselhos Gestores e Assembleias de Lazer, é o caminho para garantir que a população deixe de ser "consumidora passiva" e passe a atuar como sujeito histórico na gestão de seu território (FECHINE et al., 2024). Somente através de políticas públicas intersetoriais e sistemáticas será possível converter o lazer de um privilégio de elite em um direito social emancipador, consolidando a praça como um espaço de saúde, justiça ambiental e plena dignidade humana (ALENCAR et al., 2023).

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, Gildiney Penaves et al. Promoção da saúde e políticas públicas de esporte e lazer: conexões e digressões. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, Brasília, v. 13, n. 2, p. 362-385, 2023.

BANDEIRA, Rodrigo Ossoda Moura; MAGNAGO, Carinne; FREIRE FILHO, José Rodrigues; FORSTER, Aldaísa Cassanho. A inserção de profissionais de Educação Física no Sistema Único de Saúde: história, avanços e desafios. *Movimento*, Porto Alegre, v. 28, p. e28048, jan./dez. 2022.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 23 de fev. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. Guia de atividade física para a população brasileira [recurso eletrônico]. Brasília: Ministério da Saúde, 2021. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia\\_atividade\\_fisica\\_populacao\\_brasileira.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_atividade_fisica_populacao_brasileira.pdf). Acesso em: 18 de jan. 2025.

CASTELLANI FILHO, Lino. A formação sitiada. Diretrizes curriculares de Educação Física em disputa: jogo jogado? *Pensar a Prática*, Goiânia, v. 19, n. 4, p. 758-773, 2016.

CASTRO, C. A. M. R. A problemática da agroindústria açucareira no Estado do Rio de Janeiro. 1995. 95 f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Universidade Cândido Mendes, Campos dos Goytacazes, 1995.

COLETIVO DE AUTORES. Metodologia do ensino da educação física. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

CUNHA, André de Almeida et al. A conexão com a natureza em parques urbanos brasileiros e sua contribuição para o bem-estar da população e para o desenvolvimento infantil. *Sociedade & Natureza*, Uberlândia, v. 34, p. e65411, 2022.

DIAS, Carlos Manoel da Silva et al. Tecendo redes de envelhecimento ativo, saudável e sustentável: uma análise de ações vinculadas às políticas públicas em saúde, lazer e assistência social em Itabaiana/SE. *Revista Kairós-Gerontologia*, v. 27, n. 2, p. 71-92, 2024.

DUARTE, Samira Lopes et al. Canais de participação da sociedade civil nas políticas públicas de esporte e lazer: o caso de Campo Grande no Brasil. *Retos*, v. 57, p. 535-546, 2024.

FARIA, T. J. P. Campos dos Goytacazes. Resources et virtualités d'une ville brésilienne: données de l'histoire. 1998. 441 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, França, 1998.

FECHINE, A. D. L. et al. Democracia participativa e esporte-lazer: análise da participação popular na cidade de Fortaleza-Ceará-Brasil nas políticas públicas desportivas no período de 2018 a 2020. *Revista Intercontinental de Gestão Desportiva*, v. 14, n. 3, e110091, 2024.

FERREIRA FILHO, João Eufrásio. Desenvolvimento do Projeto Saúde, Bombeiros e Sociedade como política pública de lazer no estado do Ceará: 21 anos de implantação. *Revista de Educação Física / Journal of Physical Education*, v. 93, n. 3, p. 170-179, 2024.

FRANCISCON, Anderson. Os espaços públicos centrais e periféricos da cidade de Campo Mourão, Paraná, Brasil: discrepâncias e similaridades. *Revista de Geografia (UFJF)*, v. 12, n. 1, p. 134-147, 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Cidades e Estados: Campos dos Goytacazes. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/indicadores.html?localidade=BR&tema=1>. Acesso em: 10 de mar. 2026.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Atlas Brasil. Perfil do município de Campos dos Goytacazes. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/perfil/municipio/330100#idhm-all>. Acesso em: 10 de jan. 2026.

LETTIERI, A. P. P. de C.; SANTOS, V. J. do. Praças públicas e planejamento no município de Campos dos Goytacazes/RJ. *Petróleo, Royalties e Região*, v. 17, n. 66, 2023.

MARINHO, L. dos S. B. et al. Arborização como solução para a qualidade de vida da população: instrumento natural de regulação da temperatura. *Revista Delos*, v. 17, n. 62, p. e3097, 2024. DOI: <https://doi.org/10.55905/rdelosv17.n62-065>.

OLIVEIRA, Ana Amélia Neri. Democracia participativa e políticas públicas de esporte e lazer: o Programa Esporte na Comunidade (Fortaleza/CE). 2010. 232 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade de Brasília, Brasília, 2010. Disponível em: [https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/8097/1/2010\\_AnaAmeliaNeriOliveira.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/8097/1/2010_AnaAmeliaNeriOliveira.pdf). Acesso em: 10 de jan. 2026.

PAULO, Beatriz Lima de Albuquerque et al. Análise de estruturas de academias ao ar livre em Teresina–PI. *Research, Society and Development*, v. 11, n. 16, e162111637950, 2022.

RAMPAZZO, Marcelo et al. Políticas públicas estaduais/distrital de esporte e lazer: problematizações e interesses na agenda coletiva de pesquisa. *Movimento*, Porto Alegre, v. 29, p. e29049, 2023.

RIBEIRO, Olívia Cristina Ferreira; AMARAL, Sílvia Cristina Franco. Entre o Lazer Esportivo Participativo e Ambiental e o Lazer Turístico. *As Políticas Públicas de Lazer em Brotas/Sp. Movimento*, v. 22, n. 1, 2016.

SALES, Laina Priscila de Oliveira; MICHELS, Caren. Entorno urbano imediato: um estudo de caso no condomínio residencial Cidadão Manauara 2. *Revista Projetar - Projeto e Percepção do Ambiente*, v. 8, n. 3, p. 90-104, set. 2023.

SANT'ANNA, Aline Sant Guimarães de Souza de. As praças públicas em Campos dos Goytacazes- RJ: dinâmica socioespacial e seus usos. *Campos dos Goytacazes: Estudos Geográficos*, Rio Claro. 2020, 18, e12620.

SAVIANI, D. *Pedagogia Histórico-crítica: as primeiras aproximações*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

SILVA, Inácio Crochemore Mohnsam da; MIELKE, Grégore Iven; NUNES, Bruno Pereira; BÖHM, Andrea Wendt; BLANKE, Andressa de Oliveira; NACHTIGALL, Mariana dos Santos; CRUZ, Maurício Feijó; MARTINS, Rafaela; MÜLLER, Werner de Andrade; HALLAL, Pedro Curi. Espaços públicos de lazer: distribuição, qualidade e adequação à prática de atividade física. *Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde*, Pelotas, v. 20, n. 1, p. 82-92, jan. 2015.

STIGGER, M. P. Políticas públicas em esportes e lazer: considerações sobre o papel do profissional educador. In: MARCELLINO, N. C. (org.). *Formação e desenvolvimento de pessoal em lazer e esporte*. Campinas: Papyrus, 2003.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Secretaria-Geral de Planejamento. *Estudo Socioeconômico 2007: Campos dos Goytacazes*. Rio de Janeiro: TCE-RJ, 2007. 312 p. Disponível nos arquivos da plataforma. Acesso em: 12 mar. 2026.